



## TRABALHISMO E O NOVO PTB

O trabalhismo, a história política brasileira e o impacto da educação na formação nacional. Por Pedro Pinho, **página 2**



## PAGAMENTO DA CBS E DO IBS

Segundo Roni Peterson, da Receita, o Split Payment garantirá créditos dos adquirentes e reduzir sonegação fiscal. Por Jorge Priori, **página 5**



## EMILIA PÉREZ: IMPERDÍVEL

Concorrente do Brasil no Oscar não pode ser penalizado pelas polêmicas envolvendo Karla Sofia Gascón. Por Philippe Deschamps, **página 4**

## Dívida pública pode chegar a R\$ 8,5 trilhões em 2025

O Tesouro Nacional apresentou, nesta terça-feira, o Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida pública para 2025 e prevê que a Dívida Pública Federal (DPF) deverá chegar ao fim deste ano entre R\$ 8,1 trilhões e R\$ 8,5 trilhões. A DPF fechou 2024 acima de R\$ 7,3 trilhões e em nível recorde.

O PAF apresenta metas para a dívida pública para este ano. Assim como no ano passado, governo criou um espaço para diminuir a fatia de títulos prefixados (com taxas de juros fixas e definidas antecipadamente) e aumentar a participação dos papéis corrigidos pela taxa Selic (juros básicos da economia). Isso ajudaria a atrair os investidores aos títulos vinculados à Selic, que estão no nível mais alto em quase dois anos.

Segundo o documento, a parcela da DPF vinculada à Selic deverá encerrar o ano numa faixa entre 48% e 52%, contra intervalo de 43% e 47%. Atualmente, está em 46,29%. A fatia dos títulos prefixados deverá encerrar o ano entre 22% e 26%, praticamente estável em relação aos 21,99% registrados atualmente.

A proporção da dívida pública corrigida por índices de preços deverá ficar entre 25% e 29%. Hoje está em 26,96%. Já a participação da dívida corrigida pelo câmbio, considerando a dívida pública externa, deverá encerrar o ano entre 3% e 7%. O percentual atual está em 4,76%. Os números não levam em conta as operações de compra e venda de dólares no mercado futuro pelo Banco Central, que interferem no resultado.

No ano passado, segundo a versão revisada em setembro, o PAF previa que a Dívida Pública Federal poderia encerrar 2024 entre R\$ 7 trilhões e R\$ 7,4 trilhões.

Em 2024, a DPF teve grande aumento de títulos corrigidos pela Selic, que subiram de 39,66% em dezembro de 2023 para 46,29% no mês retrasado, dentro da banda revisada de 43% a 47% em vigor para o último ano. Segundo o Tesouro, isso se deveu à alta da taxa Selic (juros básicos da economia), que atraiu de volta os investidores desses papéis.

A participação de papéis prefixados (com juros definidos no momento da emissão) caiu de 26,53% em 2023 para 21,99% em 2024. O percentual ficou próximo do limite máximo estabelecido pelo PAF de 2024, que estimava que a participação encerraria o ano entre 22% e 26%. Com o aumento da Selic, os investidores fugiram dos títulos prefixados, mais sujeito às oscilações de mercado e que pode trazer prejuízo se resgatado antes do prazo. **Página 3**



Andrea Penna/Monitor Mercantil

## Petrobras empurra PIB e convida empresas a participarem do futuro

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, frisou que o planejamento da Petrobras é empurrar o PIB brasileiro, com direcionamento até 2050, e começa assim a “nossa visão de futuro”. “Não faremos isso sozinhos, faremos com vocês. Estejam preparados, pois estamos pisando no acelerador. Nosso projeto de 2024 a 2028 será de US\$ 111 bilhões. E isso é 35% a mais do que vinha sendo investido.”

Retomar o investimento em refinarias e fertilizantes, desenvolver logística, etanol, biodiesel, carbono neutro, renováveis, gás e energia, células fotovoltaicas e projetos para a transição energética, dentre muitos outros planos da empresa para os próximos 5 anos, foram detalhados pela presidente da Petrobras a autoridades e empresários em evento na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan).

“O planejamento da Petrobras até 2050 prevê um crescimento 60%, acompanhando o crescimento do Brasil. E isso só é possível tendo uma Petrobras ágil e atenta ao desenvolvimento nacional. Estamos pisando no acelerador e vamos empurrar o PIB brasileiro. Estamos voltando a investir em refino e fertilizantes, e vamos continuar investindo em petroquímica, de olho na transição energética. Vamos mostrar que o que temos programado é bom para o país, é bom para a indústria e vai ser revertido em progresso para o povo brasileiro”, disse a presidente da Petrobras.

Magda Chambriard adiantou que serão modernizados os parques de refino, será retomada a produção de fertilizantes, inclusive no Centro-Oeste, termelétricas,

cas, haverá desenvolvimento de projetos de biodiesel e outros aspectos importantes, como projetos com o agronegócio. Por fim, a presidente da Petrobras destacou que este planejamento vai gerar milhares de postos de trabalho.

O Fórum Brasil de Energia foi promovido, nesta terça-feira, pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Petrobras, Associação Brasileira de Engenharia Industrial (Abemi), a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e Firjan.

O Fórum Brasil de Energia contou ainda com uma apresentação dos diretores da Petrobras de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Renata Baruzzi; de Logística, Comercialização e Mercados, Cláudio Schlosser; de Governança e Conformidade, Mario Spinelli; e de Processos Industriais e Produtos, William França, sobre o PN 25-29.

Renata Baruzzi, detalhou a carteira de projetos em implementação e avaliação da companhia que estão previstas no horizonte dos próximos cinco anos. A executiva tratou das principais escolhas da empresa, observando que o planejamento da Petrobras incorpora a ambição de que a empresa deve manter sua relevância atual no fornecimento de energia e no desenvolvimento econômico do Brasil, mantendo a representatividade da Petrobras em 31% da oferta primária de energia do Brasil, o que está em linha com a perenidade dos investimentos nos projetos onshore.

“Essa carteira representa uma enorme oportunidade para nossos fornecedores, com os processos de contratação em andamento, em especial os 3 Megaprojetos

da empresa: Complexo de Energias Boaventura (RJ), Ampliação da Refinaria Abreu e Lima (PE) e Unidade de Fertilizantes Nitrogenados em Três Lagoas (MS), além de todas as demais oportunidades previstas nesta carteira de projetos”, explicou a diretora Renata Baruzzi.

Destacaram a importância do encontro, Roberto Ardenghy (presidente do IBP), Joaquim Maia (presidente da Abemi), José Velloso (presidente executivo da Abimaq) e Raul Sanson (vice-presidente da Firjan) na abertura do Fórum. Sanson abriu o evento, com mais de 400 pessoas presentes, revelando que o objetivo foi proporcionar a aproximação da Petrobras com fornecedores e salientando que a Firjan é a única federação de indústrias com atuação neste setor (óleo e gás), visto a importância deste para o estado do Rio de Janeiro.

Ardenghy ressaltou o esforço dos presentes para manter o Brasil dentro da segurança energética e a presença de representantes de empresas estrangeiras no evento. Maia destacou que os planos da Petrobras vão “proporcionar capacitação de mão de obra em todos os níveis e acesso a novos entrantes, principalmente regionais”. Velloso lembrou que a indústria nacional se desenvolveu com a Petrobras, “que foi a indústria de tecnologia no Brasil”.

Ainda durante o encontro, a Petrobras anunciou a criação de 12 mil vagas para o programa de capacitação Autonomia e Renda. Destas, 8 mil estão previstas para Itaboraí e São Gonçalo, no Rio de Janeiro, e quase 4 mil vagas para de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul. **Página 6**

## Economia da Rússia cresce 4% em 2024

O Produto Interno Bruto (PIB, indicador da economia de um país) da Rússia aumentou 4% em 2024 em relação ao ano anterior, disse o primeiro-ministro russo Mikhail Mishustin nesta terça-feira durante uma reunião do governo sobre questões econômicas.

O primeiro-ministro acrescentou que esse crescimento foi amplamente impulsionado pelo setor manufatureiro. “De acordo com estimativas preliminares do Ministério do Desenvolvimento Econômico, o PIB da Rússia cresceu aproximadamente 4% até o final de 2024, devido ao alto investimento e atividade do consumidor”, disse Mishustin. Ele destacou que o setor manufatureiro cresceu 8%, superando as previsões iniciais.

O primeiro-ministro observou que esse setor gerou significativamente mais valor agregado em comparação com a simples venda de matérias-primas e disse que isso confirmou a mudança da economia russa em direção ao desenvolvimento tecnológico.

“É importante manter e fortalecer essa tendência nos próximos anos”, enfatizou, acrescentando que era necessário garantir a estabilidade macroeconômica, pois essa é uma condição fundamental para sustentar o progresso positivo em vários campos.

A Rússia colheu 128 milhões de toneladas de grãos em 2024, de acordo com estimativas preliminares, informou a mídia local na semana passada, citando a ministra da Agricultura russa Oksana Lut.

### COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,7634
Dólar Turismo	R\$ 6,0100
Euro	R\$ 5,9832
Iuan	R\$ 0,8015
Ouro (gr)	R\$ 531,88

### ÍNDICES

IGP-M	0,27% (janeiro)
	0,94% (dezembro)
IPCA-E	
	RJ (dezembro) 0,36%
	SP (dezembro) 0,36%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63%

# O nacional trabalhismo e o novo PTB: acréscimos indispensáveis

No artigo anterior, nesta página “Opinião” do Monitor Mercantil, intitulado “O nacional trabalhismo na refundação do Partido Trabalhista Brasileiro”, apresentamos as forças que se opuseram à Soberania e à Cidadania brasileiras, que começaram no golpe fracassado de 1932 até chegar à nova tentativa, igualmente fracassada, dos bolsonaristas em 2022.

Faltou, no entanto, demonstrar a articulação antinacional e anti-trabalhista que envolveu interesses estrangeiros, misturados com escravistas e rentistas nativos, que dominaram o poder no Estado Nacional Brasileiro desde a Proclamação da República.

Diferentemente da América Espanhola (Nova Espanha, Nova Granada, Vice Reino do Peru, Região Platina e Chile) que conquistou a Independência em lutas contra a Espanha e, ora guerreando independentemente, ora juntas, separando-se após derrotarem os espanhóis, de 1810 até 1850 – exceto a Colômbia que se desmembrou da Grã-Colômbia em 1886 – porém todos novos países optaram pelo modelo de governança republicano, o Brasil nem mesmo se tornou independente em 1822, pois foi mantido o modelo monárquico e com a mesma família que governara na Colônia e prosseguia após a Independência. Ou seja, o poder que, desde a fuga da família real portuguesa das tropas napoleônicas, era devedor dos ingleses, assim continuou após 1822. E, como é evidente, toda estrutura de poder era dominada por escravistas, rentistas ou exportadores de produtos primários, além dos banqueiros ingleses.

Pode-se entender que a primeira manifestação de autonomia nacional ocorreu com a Proclamação da República (1889), devida a dois militares, o alagoano Floriano Vieira Peixoto (1839-1895) e o niteroiense Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891).

De acordo com o historiador Manolo Florentino, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Floriano Peixoto “é o típico caboclo brasileiro, índio misturado com negro”. Simbólica ocupação do poder pelos miscigenados, população dominante no Brasil.

Benjamin Constant, intelectual positivista, foi militar, engenheiro e professor, que deixou marcas na História do Brasil por ter criado a Escola Normal da Corte, o primeiro ministério da educação, o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, pelo decreto nº 346, de 1890, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos que passou a se chamar Instituto Benjamin Constant, além de ser considerado o inspirador do tenentismo, ocorrido na década de 1920. Ou seja, colocou na tutela

do Estado a instrução, que era, até então, privada.

No início da República, o Brasil era país eminentemente rural (60% da população), com taxas de analfabetismo da ordem de 75% da população. O cenário de analfabetismo, até bastante homogêneo, com índices muito próximos do Norte ao Sul, excetuava-se na cidade do Rio de Janeiro, onde a taxa se aproximava dos 45%.

Não apenas no Brasil, embora aqui seja a verdadeira política do poder, que pouco se alterou desde a chegada de Tomé de Souza até a presidência de Getúlio Vargas, mas pela América Latina onde o interesse estrangeiro sempre foi preponderante, a educação em poucos momentos foi o projeto dos governantes.

Teve o Brasil o interregno de Floriano e Benjamin Constant, logo retrocedeu com a República Velha, onde a aristocracia rural, escravista, e os rentistas criaram sua narrativa do atraso.

Nelson Piletti (“História da Educação no Brasil”, editora Ática, SP, 7ª edição, 2008) escreve: “esconder e camuflar a realidade sempre teve o recôndito propósito de mantê-la como fonte de privilégios para alguns. Dessa forma a suposta crença no poder mágico das leis – segundo Anísio Teixeira, “a lei era algo mágico, capaz de subitamente mudar a face das coisas” – revela uma persistente tendência: muda-se a lei para não mudar a realidade; atende-se retoricamente aos reclamos por sociedade mais justa, ao mesmo tempo em que, na prática, persistem as injustiças”.

Por que esta irrealidade é assimilada tão facilmente pelos povos? Em especial pelos brasileiros? Responde Darcy Ribeiro:

na educação pública somos piores do que o Paraguai e a Bolívia. Falo desses países-irmãos não só porque são pobres, mas porque em ambos a língua da população é uma e a língua da escola é outra. Como é que eles conseguem levar mais crianças à 4ª série primária do que nós? Por que nós, que fomos capazes de fazer indústrias e cidades e façanhas mais como essa Brasília, não fomos nem somos capazes de fazer essa coisa elementar: ensinar todos a ler, escrever e contar? Nosso objetivo no Rio de Janeiro é criar a escola pública que o Uruguai tem desde 1850.

(Darcy Ribeiro, “O Brasil como Problema”, Francisco Alves Editora, RJ, 1995)

O que é a instrução? Ler, escrever, contar como escreveu nosso sábio antropólogo, político, educador? Claro que não, e Darcy o sabia muito bem.

Para que se educa

Não faltaram ao Brasil pedagogos, educadores que se notabi-

lizaram não apenas no País, mas no exterior, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Paulo Freire, os signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932 (“Manifesto”), onde encontramos empresários (Júlio de Mesquita Filho), juristas (Hermes Lima), políticos (Atilio Vivacqua), escritores (Cecília Meireles), diplomatas (Delgado de Carvalho), médicos (Edgard Roquette-Pinto), jornalistas (Raul Rodrigues Gomes), psicólogos (Raul Carlos Briquet), militar (Jean Pierre Fontenelle), entre outros interessados e dedicados à educação.

O que nos faz, no entanto, o país atrasado, inculto, facilmente manipulável como o brasileiro? O Manifesto citado começa com uma verdadeira profissão de fé: “Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional”.

Educar é atividade complexa que deve levar à independência do educando, seja uma criança ou um povo. Educa-se para ser livre, isto é, capaz de entender as realidades e saber encontrar respostas que atendam a solução dos verdadeiros problemas. Por que o “Manifesto” não é um documento exclusivo, específico de professores? Duas respostas não mutuamente excludentes ensejam a resposta. O magistério não congregava suficiente número de reconhecidas personalidades para empolgar a classe média neste início da República. Ou a educação já despontava como uma necessidade tão gritantemente ausente do Poder do Estado que pessoas das mais diversas profissões por ela clamavam.

E, vem daí, sob diversos subterfúgios, diversas farsas, o conjunto sempre bem articulado de fantasias, onde a religiosa se destaca, que afasta do conhecimento as pessoas, independente dos graus e tempos de aprendizagem.

O primeiro passo é conhecido desde o Manifesto de 1932: “a educação deve ser essencialmente pública, obrigatória, gratuita, leiga e sem qualquer segregação de cor, sexo, tipo de estudo e desenvolver-se em estreita vinculação com as comunidades”.

Os professores devem ser os profissionais mais respeitados, melhor assalariados, para o que farão jus com a permanente atualização, dedicação ao saber.

E, como Darcy buscou em nossos vizinhos sul-americanos um termo de comparação, pedi-rei a compreensão do leitor para um exemplo pessoal. Em 1986 fui contratado pelo Secretariado das Nações Unidas (ONU) para dar consultoria à República de Gana no projeto de “Planeja-

mento Estratégico e Construção Institucional” para o segmento da energia. Já havia trabalhado em outras repúblicas africanas em projetos semelhantes e acumulara a experiência que me ensinara sempre atentar para as realidades locais, não me iludir com ideologias globais, fossem laicas ou religiosas. Após cinco meses viajando pelo país colhendo informações, elaborei rascunho das minhas conclusões e o submeti ao Reitor da Universidade de Gana, professor Addae, designado meu contraparte no projeto. Ele era doutor em universidade estadunidense em física ou química e o trabalho era econômico e administrativo organizacional, o que me levou a apresentá-lo, a seu pedido, na reunião de profissionais de organismos semelhantes aos nossos IPEA e FGV. Consegui atender aos questionamentos e recebi aprovação daquela plateia. O Coordenador do evento dirigiu-se ao Reitor e disse que me saíra muito bem nos questionamentos. O Reitor respondeu: “ele é um professor”. Se este fato tivesse ocorrido na Alemanha, não me surpreenderia, mas deixou-me muito confiante no desenvolvimento do projeto saber que não só um professor fora escolhido para ser o responsável ganense junto à ONU, como os professores lá recebiam esta avaliação, tão diferente da que, ainda hoje, os cerca no Brasil.

A ignorância foi sempre cultivada no Brasil, mesmo entre os detentores da parcela de poder atribuída aos nativos. Rodrigo de Sá Netto (“O Partido da Fé Capitalista”, da Vinci Livros, RJ, 2024) descreve sob a ótica do domínio religioso, Miguel Nicolelis (“O Verdadeiro Criador de Tudo”, Editora Planeta, SP, 2020), partindo da neurologia desenvolve a questão comunicacional, Sheila de Castro Faria (“A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial”, Nova Fronteira, RJ, 1997), sob as relações sociais e políticas da escravidão, Nelson Werneck Sodré, em diversos trabalhos (exemplificando com “Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro”, ISEB, RJ, 1960) focando as relações sob o viés nacionalista e da luta de classe, Rubens Casara (“A Construção do Idiota”, da Vinci Livros, RJ, 2024) no que denomina “o processo de idiosubjetivação” e tantos outros que demonstram o mascarar da realidade pelos discursos.

Manuel Bergström Lourenço Filho, signatário do “Manifesto”, publicou, em 1961, pela Edições Melhoramentos, o 5º volume de suas Obras Completas, tratando da “Educação Comparada”. São descritos dez sistemas de ensino

adotados na Argentina, nos Estados Unidos da América (EUA), na França, na Índia, na Inglaterra, na Itália, no Japão, no México, na República Federal Alemã (RFA), e na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Sete países apresentam de 14 a 17 anos de ensino fundamental, do jardim de infância ao último do nível médio. A França (18) e os EUA (20) superam este tempo. A Índia não tinha legislação prevendo a escola maternal ou jardim de infância, à época da conclusão do levantamento de Lourenço Filho (1956). Também no Brasil, na década de 1950, não eram abundantes os Jardins de Infância ou Pré-primários. Na França e na Itália, era acrescido um ano para os que seguiam a Escola Normal e a Escola de Música/Belas Artes, mas ficavam no intervalo dos sete países.

Os EUA iniciavam o ensino com crianças de dois anos, pois naquele país era comum os pais (marido e mulher) trabalharem. Um aspecto importante do trabalho de Lourenço Filho foi a amplitude do estudo, envolvendo países de diferentes níveis econômicos, tradições culturais, populações e o ocidente e oriente.

Porém esta situação descrita no “Educação Comparada” começa a se alterar a partir dos avanços obtidos nas participações no poder pelo neoliberalismo financeiro a partir da década de 1970, o que se denominou “crises do petróleo” e na atuação de Deng Xiao Ping, introduzindo as relações capitalistas na República Popular da China (1978-1992). Seguir-se-ão, na década de 1980, as desregulações financeiras, com desdobramento a partir da conquista das importantes praças de Londres e Nova Iorque, culminando no fim da década (1989) com a divulgação da nova bíblia neoliberal: o “Consenso de Washington”.

Já na última década do século 20, vitorioso, o neoliberalismo financeiro tratou de aprofundar a fragmentação da antiga URSS, sua implantação nas Américas Central e do Sul, enquanto a China iniciava o processo de contenção do capitalismo com Zhao Zi Yang (1980-1989) e Jiang Zi Min (1989-2003).

A educação foi muito prejudicada no Atlântico Norte e em sua zona de influência no Atlântico Sul, no Oriente Médio e Eurásia.

O domínio neoliberal se deu com o recuo dos Estados Nacionais e avanço do poder financeiro apátrida. Nesta terceira década do século 21, sentimo-nos, brasileiros, como às vésperas de nova guerra mundial, como os europeus devem ter se sentido há 100 anos.

*Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado.*

# Monitor Mercantil



**Monitor Mercantil S/A**

Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3849-6444

**Monitor Editora e Gráfica Ltda.**

Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001

São Paulo - SP - Brasil

Tel.: + 55 11 3165-6192

**Diretor Responsável**

Marcos Costa de Oliveira

**Conselho Editorial**

Adhemar Mineiro

José Carlos de Assis

Maurício Dias David

Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

**Serviços noticiosos:**

Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912

monitormercantil.com.br

twitter.com/sigaomonitor

redacao@monitormercantil.com.br

publicidade@monitor.inf.br

monitorsp@monitor.inf.br

**Assinatura**

Mensal: R\$ 180,00

Plano anual: 12 x R\$ 40,00

Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas





## FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira  
Redação do MM  
fatos@monitormercantil.com.br

## Bancada federal entra na discussão da ferrovia EF-118

Os deputados da bancada federal do Rio de Janeiro pediu audiência com o ministro dos Transportes, Renan Filho, para debater a construção da ferrovia EF-118. A obra previa 2 trechos – Sul (Baixada Fluminense ao Porto do Açu, ambos no Rio) e Norte (Porto do Açu a Anchieta, no Espírito Santo). “No entanto, a proposta atual de limitar o projeto apenas ao trecho Norte, favorecendo a exportação de minério sem agregar valor econômico, é um erro grave, que serve apenas a uma empresa mineradora e ignora o potencial de crescimento industrial e logístico do Rio”, dispara a deputada federal Jandira Feghali PCdoB).

Wagner Victer, que foi secretário estadual e é conselheiro vitalício Clube de Engenharia, explica que todo processo de concessão – que terá subsídio público – deve ser tratado como sendo uma única ferrovia, pois, caso contrário, só será implantado o trecho Norte para trazer o minério e o trecho Sul – o mais importante para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro – não sairá, “em especial se ficar vinculado a futuros compromissos firmes de carga como sendo um gatilho que nunca acontecerão”, esclarece Victer. “Esse gatilho, se não for algo temporal (24 meses no máximo) virará um sistema de procrastinar de forma infinita esse trecho Sul.”

Para o engenheiro e para a bancada do Rio, a EF-118 só deveria ser licitada com obrigação firme de ser implantada de forma integral, até pela elevada rentabilidade da operação de minério, que tem baixa contribuição para geração de empregos, pagamento de tributos e desenvolvimento econômico. “Nunca é demais lembrar que ferrovia é indutora de desenvolvimento e é uma logística que deve chegar previamente; o Estado do Rio de Janeiro já foi prejudicado profundamente pela desativação de centenas de quilômetros da ferrovia”, lembra Victer.

“A construção da ferrovia EF-118 é uma oportunidade estratégica para impulsionar a economia fluminense, gerar empregos e integrar regiões fundamentais. O escoamento da produção para o Porto do Açu, um dos maiores complexos logísticos do país, deve também favorecer o Norte do Estado do Rio, a Baixada Fluminense e demais municípios da região metropolitana, como Itaboraí onde está o complexo Boa Ventura”, reforça, em sua conta no Instagram, Jandira Feghali.

## Faltam os governantes

Demorou, mas os empresários começam a se mobilizar para a defesa da ferrovia EF-118 de forma integral. Para a Federação do Comércio (Fecomércio RJ), é fundamental ouvir a opinião dos prefeitos dos municípios do trecho Sul, visando garantir que o empreendimento seja viabilizado de maneira integral entre Nova Iguaçu (RJ) e Vitória (ES).

Falta a adesão do governador Cláudio Castro e dos prefeitos.

## Rápidas

Em 2024, a parceria do Lecadô com a Food To Save evitou que 15 toneladas de alimentos excedentes, em perfeitas condições de consumo, fossem para o lixo. Foram cerca de 15 mil sacolas comercializadas em um ano. Um resultado 6% superior ao obtido em 2023 \*\*\* A Feira O Fuxico estará neste sábado e domingo na Praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, das 12h às 20h. Informações pelo Instagram: @ofuxicofeira

# Dívida pública sobe 12,2% em 2024 e supera R\$ 7,3 tri

## Apesar dos efeitos da Selic, a DPF está dentro da banda prevista

Influenciada pelo nível alto de juros, a Dívida Pública Federal (DPF) subiu em 2024 e superou a marca de R\$ 7,3 trilhões. Segundo números divulgados nesta terça-feira pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 6,52 trilhões em 2023 para R\$ 7,316 trilhões no ano passado, alta de 12,2%. Apenas em dezembro, a DPF subiu 1,55% em relação a novembro, quando estava em R\$ 7,204 trilhões.

Segundo a Agência Brasil, apesar da alta em 2024, a DPF está dentro da banda prevista. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), revisado em setembro do ano passado, o estoque da DPF deveria encerrar 2024 entre R\$ 7 trilhões e R\$ 7,4 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) subiu 11,13%, passando de R\$ 6,269 trilhões em 2023 para R\$ 6,967 trilhões em 2024. No ano passado, o Tesouro emitiu R\$ 24,82 bilhões em títulos a mais do que resgatou, principalmente em papéis corrigidos pela Taxa Selic (juros básicos da economia). No entanto, o principal fator de variação foi a apropriação de R\$ 673,875 bilhões em juros.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a Selic em 12,25% ao ano em dezembro do ano passado, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo.

Em 2024, o Tesouro emitiu R\$ 1,457 trilhão em

títulos da DPMFi, alta de 6,73% em relação a 2023, e resgatou R\$ 1,43 trilhão. A maior parte das emissões (R\$ 945,02 bilhões) ocorreu para atender à demanda de títulos corrigidos pela Selic.

### Dívida externa

No mercado externo, a Dívida Pública Federal externa (DPFe) subiu 38,87%, passando de R\$ 251,46 bilhões em 2023 para R\$ 349,19 bilhões em 2024. A alta foi puxada pela valorização do dólar, que subiu 27,3% no ano passado.

O dólar começou a disparar em junho, influenciado pelo atraso no início da queda dos juros nos Estados Unidos, pelas eleições no país e pelas turbulências provocadas após o anúncio da proposta de aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda.

Em 2024, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) caiu. Essa reserva passou de R\$ 982,37 bilhões ano retrasado para R\$ 860,15 bilhões no fim do ano passado.

Atualmente, o colchão cobre 6,24 meses de vencimentos da dívida pública, o menor nível desde fevereiro de 2016. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de cerca de R\$ 1,25 trilhão da DPF.

### Composição

Por causa da demanda por títulos vinculados à Selic, a proporção dos papéis corrigidos pelos juros bá-

sicos subiu de 39,66% em 2023 para 46,29% em 2024. O PAF de 2024 revisado em setembro previa que o indicador fecharia 2024 entre 44% e 47%, contra estimativa anterior de 40% a 44%. Esse tipo de papel atrai o interesse dos compradores por causa no nível alto da Taxa Selic. O percentual pode subir ainda mais nos próximos meses por causa da perspectiva de alta nos juros básicos da economia.

Sem grande volume de vencimentos, a proporção dos títulos prefixados (com rendimento definido no momento da emissão) caiu, passando de 26,53% em 2023 para 21,99% em 2024. A versão mais recente do PAF previa que o indicador fecharia 2024 entre 22% e 26%, contra meta anterior de 24% a 28%.

### Papéis prefixados

No início do ano, o Tesouro tinha voltado a lançar mais papéis prefixados. No entanto, a volta das instabilidades no mercado comprometeu as emissões, porque esses títulos têm demanda menor em momento de instabilidade econômica e de alta nos juros.

A fatia de títulos corrigidos pela inflação na DPF também caiu, passando de 29,76% para 26,96%. O PAF revisado previa que os títulos vinculados à inflação encerrariam o ano entre 25% e 29%, enquanto a meta anterior estava entre 27% e 31%.

Composto por antigos títulos da dívida interna corrigidos em dólar e pela dívida externa, o peso do câmbio na dívida pública

subiu de 4,05% para 4,76%, motivado principalmente pela correção de juros da dívida externa. A dívida pública vinculada ao câmbio está dentro dos limites estabelecidos pelo PAF para o fim de 2024, entre 3% e 7%.

O prazo médio da DPF subiu levemente de 3,95 para 4,05 anos. O Tesouro só fornece a estimativa em anos, não em meses. Esse é o intervalo médio em que o governo leva para renovar (refinanciar) a dívida pública. Prazos maiores indicam mais confiança dos investidores na capacidade do governo de honrar os compromissos.

### Detentores

As instituições financeiras seguiram em 2024 como principais detentoras da Dívida Pública Federal interna, com 29,5% de participação no estoque. Os fundos de pensão, com 23,9%, e os fundos de investimento, com 21,7%, aparecem em seguida na lista de detentores da dívida.

Mesmo com as turbulências no mercado financeiro global, a participação dos não residentes (estrangeiros) subiu, de 9,5% em 2023 para 10,2% em 2024. Os demais grupos somam 14,8% de participação. Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos financeiros. Em troca, compromete-se a devolver os recursos depois de alguns anos, com alguma correção, que pode seguir a Selic, a inflação, o dólar ou ser prefixada (definida com antecedência).

## Haddad: queda do dólar e safra recorde diminuirão pressão nos preços

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliou nesta terça-feira que a pressão sobre os preços dos alimentos deve diminuir nos próximos meses com a queda do dólar e a safra recorde em 2025. “O dólar estava a R\$ 6,10, está a R\$ 5,80. Isso já ajuda muito”, afirmou o ministro ao ser questionado sobre a mais recente ata do Comitê de Política Monetária (Copom), que apontou um “cenário adverso” para a inflação dos alimentos no médio prazo.

Haddad disse estar “mui-

to confiante de que a safra deste ano, por todos os relatos que eu tenho tido do pessoal do agro, vai ser uma safra muito forte. Isso também vai ajudar”.

A ata do Copom destacou que os preços dos alimentos se elevaram de forma significativa, em função, dentre outros fatores, da estiagem observada ao longo do ano passado e da elevação de preços de carnes, também afetada pelo ciclo do boi.

O ministro da Fazenda observou que variáveis econômicas como o câmbio e a

inflação “se acomodam em outro patamar, e isso certamente vai favorecer”. Ele lembrou que o governo e o Congresso promovem um esforço de contenção de R\$ 30 bilhões no Orçamento, com o objetivo de reduzir pressões fiscais sobre a política monetária.

### Regime de metas

O Copom estima que a inflação de 12 meses deverá se manter acima da meta do Banco Central até junho, o que configuraria “descumprimento da meta”, de

acordo com o novo modelo de metas contínuas.

Para Haddad, esse novo modelo, que prevê uma busca contínua por se manter na faixa de tolerância, “permite uma melhor acomodação” da política monetária pelo BC. O regime de meta de inflação atual determina que o índice deve ficar em 3% no acumulado em 12 meses, com bandas de 1,5 p.p. para cima ou para baixo. Se ficar acima do limite da banda por mais de 6 meses seguidos, há o descumprimento da meta.



## CULTURA & VARIEDADES

Philippe Deschamps  
Jornalista e mestre em  
Administração de Empresas

### Esqueça as redes sociais e veja 'Emilia Pérez'

Estreia oficialmente nesta quinta-feira (6) nos cinemas o filme francês que tem protagonizado acaloradas discussões nas redes sociais envolvendo a atriz Karla Sofía Gascón. As declarações polêmicas da espanhola – acusando a equipe de *Ainda Estou Aqui* de tentar diminuir seu filme e, depois, a revelação de tuítes antigos da artista com opiniões controversas sobre o assassinato de George Floyd e o aumento de muçulmanos na Espanha – impulsionaram uma desavença virtual que acaba, infelizmente, tirando o foco do filme que se tornou a produção de língua não inglesa com mais indicações (13) na história do Oscar, ao lado de outros 11 filmes americanos, como *E o Vento Levou* (1939) e *A Um Passo da Eternidade* (1953). Apenas três longas obtiveram mais do que isso (14 indicações): *A Malhada* (1950), *Titanic* (1997) e *La La Land* (2016).

Os números acima dão a medida da qualidade de *Emilia Pérez*. Até porque, entre as 13 nomeações, a obra foi lembrada em praticamente todas as principais categorias: melhor filme, diretor, filme internacional, atriz, atriz coadjuvante, roteiro adaptado, montagem e fotografia, além de outros prêmios técnicos. Por isso, é injusto reduzir *Emilia Pérez* a discussões que gravitam ao redor de seus personagens fora de cena.

Assisti ao filme na pré-estreia e saí do cinema encantado com a maneira como o diretor francês Jacques Audiard conseguiu transformar em um musical um filme pesado que aborda questões ligadas ao tráfico de drogas, obviamente com violência.

Audiard usa a personagem de Sofía Gascón para fazer reflexões sobre as consequências do tráfico mexicano, responsável pelo desaparecimento de mais de 100 mil pessoas no país desde o início da década de 60. Gascón interpreta um poderoso chefe de um cartel local que decide fazer a transição de gênero e forjar a própria morte para se aposentar do crime. A atriz interpreta o homem antes (Manitas Del Monte) e a mulher depois (Emilia Pérez), e essa transformação lhe valeu uma merecidíssima indicação ao Oscar – a primeira pessoa trans a concorrer a uma estatueta da Academia. Ela disputa com Fernanda Torres, Demi Moore (a favorita), Mikey Madison e Cynthia Erivo.

Mas Sofía Gascón não brilha sozinha. Ela divide o protagonismo da trama com Zoe Saldña, considerada barbada como melhor atriz coadjuvante. E quando falo que divide não é força de expressão. Saldña interpreta a advogada que ajuda o traficante no seu plano de resignificação de gênero e é ela quem conduz toda a história. A atriz canta, dança e fica em tela mais tempo que a personagem principal. É, sem dúvida, o papel mais marcante da carreira de Zoe Saldña.

A atriz americana se destaca em praticamente todas as cenas musicadas. E é aí que a direção de Jacques Audiard faz a diferença. Ele consegue criar a atmosfera fantástica dos musicais sem falar de amor. Parece inacreditável, mas funciona muito bem, e esse talvez seja o grande sucesso de *Emilia Pérez*. Ao sair do cinema, a gente percebe que a maioria dos comentários vai nesse sentido: como o diretor conseguiu fazer um filme leve diante de um assunto tão violento e pesado?

Além Sofía Gascón e Zoe Saldña, o elenco tem ainda Selena Gomez fechando o trio de personagens principais. A escolha das três, apesar de maravilhosa, gerou algumas críticas que o diretor está tendo de enfrentar nessa reta final do Oscar, sobretudo no México. Isso porque Jacques Audiard, que também assina o roteiro, filmou *Emilia Pérez* praticamente todo em Paris e usou atores mexicanos apenas para papéis secundários.

Nada disso, no entanto, reduz a qualidade da obra. São discussões paralelas, com certeza inflamadas pelo público brasileiro que, com razão, está animado e esperançoso com as chances de *Ainda Estou Aqui*. Óbvio que estamos todos torcendo para o filme de Walter Salles e para Fernanda Torres, mas temos de deixar o pachequismo de lado e reconhecer que se *Emilia Pérez* e Sofía Gascón vencerem não será nenhum absurdo.

Em 1999, *Central do Brasil* teve *A Vida é Bela* pela frente, e Fernanda Montenegro enfrentou Gwyneth Paltrow, Cate Blanchett, Meryl Streep e Emily Watson. Vinte e seis anos depois, *Ainda Estou Aqui* e Fernanda Torres vão encerrar uma pedreira semelhante. A boa notícia é que, qualquer que seja o resultado, terá valido a pena. O caminho percorrido até o dia 2 de março inevitavelmente deixará um enorme legado para o cinema brasileiro.

Portanto, se você ainda não viu *Emilia Pérez*, não se contagie com as discussões das redes sociais. Vá correndo a uma sala escura e desfrute duas horas do mais puro suco de cinema. Fazer isso e aplaudir o trabalho de Sofía Gascón não significa que você é conivente com as declarações da atriz, e igualmente não desmerece o filme brasileiro. *Emilia Pérez* é imperdível.

# Preços na indústria subiram 1,48% em dezembro

Em dezembro de 2024, os preços do setor industrial avançaram 1,48% frente ao mês anterior, o 11º resultado positivo em sequência. Com isso, a inflação da indústria fechou o ano de 2024 com alta de 9,42%, quarto maior valor acumulado no ano até dezembro desde o início da série histórica, em 2014. A alta de 2024 superou em mais de 14 pontos percentuais (p.p.) o índice registrado em 2023 (menos 4,99%). Os dados são do Índice de Preços ao Produtor (IPP), divulgado nesta terça-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“O resultado do IPP em dezembro e no ano de 2024 como um todo pode ser explicado, parcialmente, pela alta recente e corrente do dólar. Isso porque o câmbio, pela ótica do produtor, impacta diversos setores da indústria. Em dezembro, o dólar teve um aumento de 5% frente ao real e terminou o ano com uma alta acumulada de 24,5%. Logo, praticamente todos os setores que se destacaram no indicador de longo prazo sofreram, em alguma medida, impacto do dólar: alimentos, metalurgia, químicos, fumo, madeira

e outros equipamentos de transporte”, explica Murilo Alvim, analista do IPP.

No caso dos alimentos, a atividade foi responsável pela maior influência em dezembro (0,49) e no indicador acumulado no ano de 2024 (3,48). “Esse resultado é, em grande parte, explicado pelos maiores preços das carnes, especialmente as bovinas e as de aves. O grupo de abate e fabricação de produtos de carne, por exemplo, teve alta de 2,84% no mês, e já vem, desde agosto, com variação mensal sempre acima de 2%. O resultado de dezembro pode ser justificado por fatores como uma demanda mais aquecida pelos produtos, o aumento das exportações, que acabam reduzindo a oferta no mercado interno, e, justamente por ser um produto exportável, é impactado também pela alta do dólar. Além das carnes, nesse mês também apareceram como destaques as altas observadas no suco de laranja e nos resíduos da extração de soja”, acrescenta Murilo.

Após o resultado de dezembro, o setor de alimentos fechou 2024 com uma alta acumulada de 14,08%, a variação positiva mais intensa da atividade desde dezembro de 2021 (18,66%).

Segundo Murilo, “no indicador acumulado no ano, as carnes também apareceram como principal influência, mas houve ainda impacto causado pelas variações do café, cujo grupo econômico teve alta de 69,28% em 2024, por conta de um declínio global da oferta (impactada por condições climáticas e desafios de logística), e do óleo de soja, que também tem sofrido impacto do dólar, estando com as exportações aquecidas e com a oferta reduzida no mercado interno”.

O IPP mede a variação dos preços de produtos na “porta da fábrica”, ou seja, sem impostos e frete, de 24 atividades das indústrias extrativas e de transformação. As atividades que, em dezembro de 2024, tiveram as maiores variações no acumulado no ano, foram metalurgia (29,29%), fumo (19,25%), madeira (17,97%) e outros equipamentos de transporte (17,68%). Já as principais influências no acumulado da indústria geral vieram de alimentos (3,48), metalurgia (1,71), outros produtos químicos (0,94) e veículos automotores (0,36).

Pela perspectiva das grandes categorias econômicas, o resultado anual se estabelece a partir da varia-

ção de 7,52% em bens de capital (com influência de 0,58), 8,49% em bens intermediários (4,73) e 11,24% em bens de consumo (4,11).

Em relação ao mês de dezembro de 2024, a variação em comparação com o mês anterior foi de 1,48%. Em novembro, na comparação com outubro, a indústria havia registrado expansão de 1,25%.

No último mês do ano passado, 22 das 24 atividades industriais investigadas apresentaram variações positivas de preço antenovembro, seguindo o sinal da variação na indústria geral. Os destaques nesse quesito foram indústrias extrativas (5,14%), metalurgia (4,73%), outros equipamentos de transporte (3,26%) e fumo (2,59%). Em termos de influência, as atividades que mais sobressaíram, além de alimentos (0,49), foram metalurgia (0,32), indústrias extrativas (0,24) e refino de petróleo e biocombustíveis (0,09).

Entre as grandes categorias econômicas, a variação de preços na passagem de novembro para dezembro foi de 1,4% em bens de capital (com influência de 0,11), 1,74% em bens intermediários (0,96) e 1,11% em bens de consumo (0,42).

## Janeiro teve alta em emplacamentos de veículos ante 2024

Segundo Fenabrave, setor registrou o melhor desempenho para o mês de janeiro desde 2015; já para Ffenauto, janeiro registrou venda de 1,2 milhão de veículos usados

Informações da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), indicam que em janeiro deste ano, foram emplacadas 341,43 mil unidades, o que representa alta de 5,9% na comparação com janeiro do ano passado e é o melhor desempenho para o mês desde 2015.

De acordo com o presidente da entidade, Arcelio Junior, o resultado aponta recuperação do mercado automotivo, sobre janeiro do ano passado, apesar da queda registrada em quase todos os segmentos, em relação a dezembro de 2024.

“O mês de janeiro é, historicamente, pior do que dezembro, pois é um período com características singulares e que influenciam o desempenho de emplacamentos, já que, nessa época, o orçamento das famílias é afetado por despesas como

IPVA, matrículas e material escolar, além de ser uma época em que muitos consumidores saem em férias e acabam postergando a decisão de compra de veículos. Ainda assim, tivemos um resultado positivo frente a janeiro de 2024”, analisa.

Os segmentos de automóveis e comerciais leves tiveram evolução positiva sobre o mesmo período de 2024. “A alta é bem próxima das projeções de crescimento da Fenabrave para os segmentos neste ano”, diz Arcelio Junior.

Já os veículos híbridos somaram 12,8 mil unidades emplacadas, num crescimento de 67% sobre o mesmo mês do ano passado. “Esse desempenho reforça a tendência dessa tecnologia como alternativa para consumidores que buscam eficiência energética sem depender, exclusivamente, da infraestrutura de recarga elétrica”, avalia Arcelio Junior.

O segmento de automóveis e comerciais leves 100% elétricos registrou 3,7 mil unidades emplacadas em janeiro de 2025, o que

representa uma queda superior a 15%, na comparação com janeiro de 2024. “Trata-se de um mercado em amadurecimento e que está se ajustando. Vamos acompanhar o desenvolvimento das marcas e do mercado consumidor, ao longo deste ano de 2025, em relação a essa tecnologia, para apurar tendências em nosso país”, explica Arcelio Junior.

Quando o assunto são caminhões, os pedidos efetivados após a Fenatran – Salão Internacional do Transporte Rodoviário de Cargas, realizado pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e a NTC & Logística -, realizada em novembro de 2024, e com a crescente demanda por transporte rodoviário de cargas, incentivada por setores estratégicos da economia como o agronegócio, que deve apresentar resultado positivo este ano, foram determinantes para o bom desempenho da categoria.

“Esse segmento depende das condições macroeconômicas, do ritmo da atividade industrial e do agronegócio.

Por isso, vamos acompanhar os próximos meses para verificar as tendências”, pontua Arcelio Junior.

E quanto aos ônibus, influenciado pelo Programa Caminho da Escola e pelo crescimento do transporte urbano e do turismo, o mercado de ônibus teve a maior alta do setor em relação a janeiro do ano passado.

“As empresas de transporte de passageiros têm mostrado boa recuperação nos últimos meses, o que reflete, diretamente, no crescimento das vendas de ônibus, mas vale destacar que a elevada variação percentual no segmento se deve ao Programa Caminho da Escola, que ainda tem importante percentual dos 16 mil ônibus pendentes de pedidos, por parte das Prefeituras”, avalia Arcelio Junior.

E o segmento de motocicletas tem avançado em função do setor de serviços. “Além disso, também temos a crescente busca por mobilidade individual e esses dados devem, novamente, puxar os números do segmento para cima, em 2025”, diz Arcelio Junior.

# Como vai funcionar o Split de Pagamento da CBS e do IBS?

Por Jorge Priori

Conversamos com Roni Peterson Bernardino de Brito sobre o Split Payment da CBS e do IBS. Roni é auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil e membro da comissão de sistematização do programa que elaborou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024, que deu origem à Lei Complementar 214/2025, e o PLP 108/2024, que segue em tramitação no Congresso.

Antes de conversarmos sobre o Split Payment, o que vai mudar na relação entre contribuintes e administrações tributárias com a Reforma Tributária?

A Reforma Tributária traz uma mudança completa na relação entre os contribuintes e as administrações tributárias. Com ela, essa relação será muito mais simples e tecnológica, sendo que a maior inovação é a apuração assistida.

A Receita Federal (CBS, Contribuição sobre Bens e Serviços) e o Comitê Gestor (IBS, Imposto sobre Bens e Serviços) vão fornecer ao contribuinte de qualquer porte, seja ele grande, médio ou pequeno, a apuração assistida ou pré-preenchida, mais ou menos como ocorre no Imposto de Renda, só que muito mais completa e mensal. Melhor explicando. Quando um contribuinte faz uma venda, ele emite uma nota fiscal e apropria os seus débitos, e quando ele faz uma compra, ele recebe uma nota fiscal e declara os seus créditos. A Receita e o Comitê Gestor vão somar os débitos de um lado e os créditos do outro e apresentá-los ao contribuinte, indicando o valor devido ou o valor a ser ressarcido. Isso vai facilitar muito a vida dos contribuintes, inclusive dos micros e pequenos, que costumam ter limitações nas suas gestões.

Outro aspecto importante é que haverá um monitor, como se fosse um extrato bancário, disponível 24 horas, todos os dias, para que o contribuinte possa acompanhar a sua situação fiscal. Por exemplo, quando uma empresa fizer uma compra, e a nota fiscal for emitida, em poucos segundos a operação vai aparecer no seu monitor, que vai indicar a situação do crédito, que pode ser pendente, caso ainda não tenha sido pago, ou já apropriado, caso já tenha sido pago.

Da mesma forma, a mesma operação vai aparecer no monitor da empresa vendedora, indicando o débito do tributo referente à nota fiscal que foi emitida. Nesse caso, por exemplo, se o contribuinte tiver um débito de R\$ 5, mas já tiver um crédito no mesmo valor, ele não precisa mais se preocupar com o débito, pois ele já estará quitado. Da mesma

forma, se o monitor indicar um débito de R\$ 10 e um crédito de R\$ 5, a empresa já vai saber que o seu saldo está devedor em R\$ 5.

Caso o contribuinte tenha no monitor um crédito que ainda não foi validado, mas que ele sabe que já foi validado, ou um débito que já foi extinto, ele vai, via sistema, informar essa situação à administração tributária, que vai iniciar um processo de tratamento.

É dentro dessa sistemática que se insere a quitação dos débitos através do Split Payment.

Como vai funcionar o Split Payment?

O Split Payment é uma forma automatizada de pagar os débitos da CBS e do IBS, fazendo a segregação entre o tributo que incide na operação e o valor da operação. Por exemplo, se uma empresa faz uma venda por R\$ 115, onde R\$ 100 é referente ao preço e R\$ 15 é referente à CBS e ao IBS, o Split vai permitir que o valor de R\$ 100 seja repassado diretamente à empresa e o valor de R\$ 15 seja repassado diretamente à administração tributária. Cabe destacar que no sistema financeiro, essa segregação de valores não é uma novidade, pois ela já existe em diversos ramos, como os marketplaces das grandes plataformas.

Como as empresas vão apurar a CBS e o IBS com o Split Payment? Utilizando como exemplo o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), há anos que as empresas, uma vez que o período de apuração é fechado, relacionam os débitos e créditos, apuram se o saldo é devedor ou credor, e caso tenha sido devedor, fazem a guia e pagam o imposto.

O Split Payment vai automatizar boa parte do processo de apuração, já que ele tem um mecanismo inteligente e maleável de automatização do pagamento. Voltando ao exemplo da empresa que fez uma venda de R\$ 100 com um tributo de R\$ 15, se essa empresa fez a venda à vista, mas começou o dia com um crédito de R\$ 10, a Receita Federal e o Comitê Gestor vão informar ao sistema financeiro que ele não precisa recolher R\$ 15, mas apenas R\$ 5, ou seja, o valor que efetivamente é devido pelo contribuinte naquele momento. É isso que chamamos de split inteligente, pois não é apenas segregar o valor cheio do tributo devido na operação, mas sim o valor líquido devido pelo contribuinte no momento da operação. Essa é a grande inovação do nosso Split Payment frente as outras experiências internacionais.

O split inteligente faz com que o pagamento ocorra em cada liquidação financeira, o que é diferente do que temos hoje no ICMS, no ISS

(Imposto sobre Serviços), na PIS (Programa de Integração Social) e na Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), com o contribuinte fazendo a venda do produto com o tributo incluído, R\$ 115 no total, recebendo o valor cheio, fazendo a apuração do valor líquido do tributo a ser pago no período correspondente (R\$ 15 de débito – R\$ 10 de crédito = R\$ 5 de saldo devedor líquido a ser pago) e liquidando esse saldo no mês seguinte. Nesse novo universo de apuração, o Split Payment vai quitar o débito do tributo na operação financeira correspondente.

Como o Split Payment vai fazer com que a apuração e o pagamento do tributo sejam automatizados e ocorram a cada liquidação financeira, isso vai trazer uma nova forma de apuração tributária para a CBS e o IBS.

O Split Payment não pode afetar o fluxo de caixa das empresas?

Pode afetar, mas não necessariamente de forma negativa. Vamos imaginar uma empresa que paga suas compras com um prazo de 90 dias. Neste caso, o fornecedor vai emitir a nota fiscal e pagar a CBS e o IBS na data de vencimento, que ainda não foi definida. Para facilitar a explicação, vamos imaginar que esses tributos tenham que ser pagos no dia 25 do mês subsequente. Quando o fornecedor pagar a CBS e o IBS, isso vai fazer com que esses créditos apareçam no painel da empresa compradora nesta data.

Neste exemplo, os créditos vão aparecer disponíveis para a empresa compradora antes que ela realize o pagamento da compra, o que representa uma vantagem financeira, já que a poderá pedir o seu ressarcimento ou utilizá-los caso ela faça uma venda em seguida. Em muitos arranjos financeiros, o Split Payment pode gerar um ganho de fluxo de caixa. Em outros, ele pode exigir alguma adaptação.

Quando o Split Payment entrar em operação e atingir a velocidade de cruzero, não nos parece que ele será um fator determinante na organização de uma empresa em qualquer que seja o cenário. Isso porque, no primeiro mês de operação, a empresa pode até sofrer alguma interferência, mas no segundo mês, todas as suas compras já terão gerado créditos através do mecanismo que acabei de explicar, já que o fornecedor vai ter que pagar a CBS e o IBS, quando devidas, na data de vencimento do mês subsequente. Dessa forma, a partir do segundo mês as empresas já estarão em uma situação muito próxima do que temos hoje, com elas apurando os débitos menos os créditos para recolherem a diferença.

Por que o Split Pay-

ment é tão importante para a Reforma Tributária?

A importância do Split Payment para a Reforma Tributária está relacionada a cinco virtudes, sendo que a primeira é a garantia do crédito do adquirente. Diga-se de passagem, esse foi o motivo do seu surgimento. Isso porque só vai haver crédito se houver o pagamento do tributo. Para isso, basta o adquirente pagar a sua compra usando um meio digital, como Pix, cartão de crédito e débito, boleto ou TED. Outra forma de garantir o crédito, caso o fornecedor seja sonegador ou esteja inadimplente, é o próprio adquirente recolher o tributo, o que apelidamos de Split Manual, mas isso deve ser pouco utilizado por ser burocrático.

A segunda virtude é que o Split Payment vai funcionar como uma medida de saneamento das relações entre as administrações tributárias e os contribuintes, já que ele é menos agressivo que outras medidas que foram usadas nos últimos anos, como a substituição tributária e o regime monofásico.

A terceira virtude é que o Split Payment vai nos ajudar a reduzir a sonegação fiscal, o que vai nos permitir reduzir as alíquotas da CBS e do IBS. Como um dos objetivos pré-definidos da Reforma Tributária é manter a mesma arrecadação, se nós tivermos menos sonegação fiscal, nós poderemos manter a mesma arrecadação com uma alíquota menor da CBS e do IBS. Inclusive, o Secretário da Reforma Tributária, Bernard Appy, tem comentado em eventos que o Split Payment pode permitir uma redução da alíquota na ordem de 2% a 3%, já que o sistema vai fazer com que os sonegadores paguem os seus tributos sobre o consumo.

A quarta virtude, que é muito pouco explorada, é que o Split Payment vai fortalecer a isonomia concorrencial. Isso porque no Brasil, infelizmente, nós enfrentamos um problema de assimetria concorrencial entre os contribuintes que pagam os seus tributos e os contribuintes que decidem sonegá-los ou inadimpli-los. Como o Split Payment automatiza os pagamentos de todos os contribuintes, ele gera isonomia concorrencial, combate as deslealdades tributárias e saneia a economia como um todo.

Por fim, o Split Payment vai garantir um fluxo constante de recursos para o comitê Gestor do IBS de forma a que ele possa ressarcir os créditos dos contribuintes, quando os seus saldos forem credores. Isso porque o Comitê Gestor não tem fluxo de caixa próprio.

Leia a entrevista completa em [monitormercantil.com.br/como-vai-funcionar-o-split-de-pagamento-da-cbs-e-do-ibs](http://monitormercantil.com.br/como-vai-funcionar-o-split-de-pagamento-da-cbs-e-do-ibs)

## CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

À JPL MATALURGICA IND E COM LTDA. CNPJ: 33.890.604/0001-00 torna público que recebeu da Secretaria do Meio Ambiente e Proteção Animal de Duque de Caxias, através do processo nº 019/000797/2024, Licença Operacional nº 005/2025, emitida em 23 de janeiro de 2025 com validade a 23 de janeiro de 2030. Trata-se de renovação da Licença de Operação para serviço de fabricação de moveis com predominância em metal e pintura de estrutura de ponto de ônibus, estrutura aparelho de ginastica para praça pública e playground, localizada na Rua Paraiso, nº 148 Parte Quadra 79 Jardim Gramacho Duque de Caxias-RJ. Distrito do Município de Duque de Caxias-RJ.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025 E PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 DA COOPERATIVA DE CONSUMO INTERESTADUAL DOS PROFISSIONAIS VENDEDORES, GESTORES, REPRESENTANTES E PROPAGANDISTAS DOS ESTADOS DA PB e PE- CONSUCOOP

A Diretora Presidente da COOPERATIVA DE CONSUMO INTERESTADUAL DOS PROFISSIONAIS VENDEDORES, GESTORES, REPRESENTANTES E PROPAGANDISTAS DOS ESTADOS DA PB e PE - CONSUCOOP, CNPJ 21.580.869/0001-22, NIRE 2640002040-0, I.E 0750983-93, com sede na Rua Barão de São Borja 183, Boa Vista, Recife/PE, CEP 50.070-325, convida a presença de todo o quadro societário para comparecer em sua sede no dia 17/02/2025 com primeira chamada as 18:00h, segunda chamada as 19:00h e terceira e última chamada as 20:00h, para participar da PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025 para deliberar os assuntos constantes deste Edital, quais sejam: (1) A prestação de contas dos órgãos diretivos da cooperativa no exercício 2024; (2) O balanço e da destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes no exercício 2024 e (3) Efetuar a eleição com rodízio obrigatório anual de 2/3 dos componentes do Conselho Fiscal para o exercício 2025/2026. Logo após, para participar da PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 deliberando os seguintes assuntos: (1) Alteração estatutária, (2) Entrada e saída de associados e (3) Candidatura, eleição e posse para preencher cargos vacantes. Pernambuco/PE, 05 de fevereiro de 2025. Marcela Cássia De Arruda Pereira - CPF 038.179.354-04 – Diretora Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025 E PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 DA COOPCOTERIO - COOPERATIVA DE CONSUMO DOS PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS, VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O Diretor Presidente da COOPCOTERIO - COOPERATIVA DE CONSUMO DOS PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ 21.337.648/0001-28, Nire nº 3340005357-5, Inscrição Estadual nº 86.828.081, com sede na Avenida Almirante Lúcio Meira 330, Cobertura 01, unidade 005, Várzea, Teresópolis/RJ, CEP 25953-001, convida a presença de todo o quadro societário para comparecer em sua sede no dia 18/02/2025 com primeira chamada as 18:00h, segunda chamada as 19:00h e terceira e última chamada as 20:00h, para participar da PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025 para deliberar os assuntos constantes deste Edital, quais sejam: (1) A prestação de contas dos órgãos diretivos da cooperativa no exercício 2024; (2) O balanço e da destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes no exercício 2024 e (3) Efetuar a eleição com rodízio obrigatório anual de 2/3 dos componentes do Conselho Fiscal para o exercício 2025/2026. Logo após, para participar da PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 deliberando os seguintes assuntos: (1) Alteração estatutária, (2) Entrada e saída de associados e (3) Candidatura, eleição e posse para preencher cargos vacantes. Rio de Janeiro/RJ, 05 de fevereiro de 2025. Luiz Fernando Peixoto Lima - CPF 940.088.417-68 - Diretor Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025 E PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 DA COOPERITA - COOPERATIVA DE CONSUMO DOS PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS, VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A Diretora Presidente da COOPERITA - COOPERATIVA DE CONSUMO DOS PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ 28.730.572/0001-45, Inscrição Estadual nº 11082890, NIRE 33.40005596-9, com sede na Rua México 11, 7º andar, Caixa Postal 196, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-144, convida a presença de todo o quadro societário para comparecer em sua sede no dia 16/02/2025 com primeira chamada as 18:00h, segunda chamada as 19:00h e terceira e última chamada as 20:00h, para participar da PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025 para deliberar os assuntos constantes deste Edital, quais sejam: (1) A prestação de contas dos órgãos diretivos da cooperativa no exercício 2024; (2) O balanço e da destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes no exercício 2024 e (3) Efetuar a eleição com rodízio obrigatório anual de 2/3 dos componentes do Conselho Fiscal para o exercício 2025/2026. Logo após, para participar da PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 deliberando os seguintes assuntos: (1) Alteração estatutária, (2) Entrada e saída de associados e (3) Candidatura, eleição e posse de chapas para concorrer a novo mandato quadrienal. Rio de Janeiro/RJ, 05 de fevereiro de 2025. Fernanda Christina da Silva Veiga - CPF 035.458.567-39 – Diretora Presidente.

## SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A. Em Recuperação Judicial

CNPJ/ME nº 02.735.385/0001-60 - NIRE 33.3.0026105-2  
 Edital de 1ª Convocação para AGD da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. – Em Recuperação Judicial, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Agente Fiduciário”) na qualidade de representante da comunidade dos titulares das debêntures da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (“Debenturistas”, “Emissão” e “Emissora”, respectivamente), convoca os Debenturistas a se reunirem em 1ª convocação, para a Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”), a ser realizada na data de 27/02/2025, às 15h, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, com link de acesso a ser encaminhado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas habilitados, nos termos da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 (“Lei das S.A.”), e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29/03/2022 sendo o acesso disponibilizado para os Debenturistas devidamente habilitados nos termos deste edital, com voto proferido somente através da participação em AGD, a fim de deliberar as seguintes matérias: 1) Tendo em vista o pedido judicial de suspensão de cumprimento do Plano de Recuperação Judicial homologado (“PRJ”) assim como apresentação de Aditamento ao PRJ em juízo, no âmbito do processo de Recuperação Judicial que tramita com nº 0125467-49.2021.8.19.0001, perante a 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro – RJ (“RJ”), aprovação ou não, das estratégias jurídicas para resguardo do interesse dos Debenturistas a serem adotadas pelo Agente Fiduciário, em representação dos Debenturistas, assim como nos demais processos conexos e/ou incidentais decorrentes da RJ, conforme orientação do assessor legal da Emissão, que será disponibilizada aos investidores mediante solicitação ao Agente Fiduciário através do e-mail [contencioso@pentagonotrustee.com.br](mailto:contencioso@pentagonotrustee.com.br) (“Orientações do Assessor Legal”), incluindo mas não se limitando, a interposição de todos os atos e recursos que forem necessários, para manutenção dos interesses dos Debenturistas; 2) Aprovação do voto a ser proferido pelo Assessor Legal, em representação aos Debenturistas, em Assembleia Geral de Credores, que venha a ser convocada em razão do Aditamento ao PRJ; 3) Aprovar a suspensão desta AGD em até 15 dias úteis, para reabertura em data que será determinada pela maioria dos presentes na AGD; e 4) Autorização para que o Agente Fiduciário e o assessor legal da Emissão, pratiquem todos os atos necessários ao cumprimento das deliberações acima. **Informações Gerais:** Informações adicionais sobre a AGD e as matérias constantes da Ordem do Dia podem ser obtidas junto ao Agente Fiduciário (por meio do endereço eletrônico [contencioso@pentagonotrustee.com.br](mailto:contencioso@pentagonotrustee.com.br)). A AGD será realizada através do sistema eletrônico Microsoft Teams, com link de acesso a ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário até o início da AGD, via correio eletrônico (e-mail), àqueles Debenturistas que enviarem, para [contencioso@pentagonotrustee.com.br](mailto:contencioso@pentagonotrustee.com.br) (i) pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do debenturista (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) pessoa jurídica: (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do debenturista; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; (iii) fundo de investimento, (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em AGD; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e (iv) caso qualquer dos Debenturistas indicados nos itens (i) a (iii) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na AGD. O Agente Fiduciário não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Debenturistas. RJ, 27/02/2025. Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

# Interlocução dos petroleiros com a Petrobras será reativada

## Volta do fórum está marcada para esta quinta-feira

Após quase uma década desativado, o Fórum de Efetivos do Sistema Petrobras - espaço de interlocução dos petroleiros com a empresa sobre a recomposição dos quadros de trabalhadores próprios - será reativado nesta quinta-feira (6), em evento com representantes da companhia, da Federação Única de Petroleiros (FUP) e da Federação Nacional de Petroleiros (FNP). As duas federações farão uma apresentação conjunta, levando aos gestores da empresa a visão dos trabalhadores. As entidades sindicais querem negociação permanente para planejamento da recomposição dos quadros da empresa.

A última reunião do Fórum de Efetivos foi realizada há quase dez anos, em abril de 2016, logo após a diretoria da Petrobras anunciar o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), que acelerou o processo de desmonte da empresa. Após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, o Fórum de Efetivos nunca mais foi realizado e só voltou a fazer parte do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) em 2023, na primeira campanha reivindicatória do novo governo Lula.

Para as entidades sindicais, a recomposição dos efetivos próprios da Petrobras e suas subsidiárias

precisa ser negociada coletivamente, de forma planejada, tendo como referência estudos e normas que atendam às reais necessidades de segurança operacional das unidades, priorizando o bem estar e a saúde dos trabalhadores.

“A Petrobras tem um papel importantíssimo no desenvolvimento nacional e na transição energética. É fundamental que a reconstrução da empresa ocorra com segurança e valorização dos trabalhadores”, afirma o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar.

Contratação Ele destaca que o Fórum de Efetivos é reativado em momento crucial em que a Petrobras

anunciou que vai contratar este ano 1.780 trabalhadores de nível técnico do cadastro de reserva do concurso público realizado no segundo semestre de 2023. A previsão é de que mais de 700 profissionais sejam chamados no primeiro semestre.

Segundo Bacelar, “o ingresso de novos empregados é um avanço, resultado da pressão das entidades sindicais, mas ainda há muito a ser feito.

O número de petroleiros convocados nos últimos concursos públicos, principalmente para os quadros técnicos das unidades operacionais, ainda está muito abaixo do necessário”, diz ele.

# Caixa Tem: funcionalidades para simplificar a vida do cliente

Caixa inseriu novas funcionalidades no aplicativo Caixa Tem nesta terça-feira. Os serviços de criação de novo acesso, desbloqueio, recuperação de senha e atualização cadastral podem ser realizados em jornadas 100% digitais. “Os clientes não precisarão mais se deslocar até uma agência, facilitando a vida de quem não lembra do código que criou para acesso”, disse o banco público.

O Caixa Tem é um aplicativo de serviço sociais e

transações bancárias, lançado em 6 de abril de 2020 e disponível para Android e iOS. O aplicativo teve sua criação para disponibilizar o acesso à poupança social digital utilizada para recebimento do Auxílio Emergencial na pandemia da Covid 19.

As mudanças facilitam a atualização remota do cadastro, permitindo a inclusão e atualização de dados obrigatórios como telefone, e-mail, endereço e renda, além de simplificar o registro do novo número do celular, em casos de troca

de aparelho. Para a Caixa, as mudanças oferecem ao usuário do Caixa Tem uma experiência mais simples e intuitiva.

O desbloqueio foi simplificado, permitindo a liberação rápida de contas bloqueadas sem a necessidade de solicitação de e-mail para confirmação do usuário. Ao mesmo tempo, o processo se tornou mais seguro com a adição de novas camadas de segurança. A validação do celular passa a ocorrer por meio do WhatsApp do titular da conta, de forma

automática, ampliando o alcance para regiões remotas, bastando ao cliente ter um ponto de conexão com a Internet.

Segundo a Caixa, as melhorias no aplicativo integram o movimento de transformação digital promovido pelo banco. Para proteção da conta, o Caixa Tem usa várias medidas de segurança para garantir a preservação de dados e transações. Mais informações podem ser consultadas no endereço caixa.gov.br/caixatem.

# Mercado: carteira de crédito do Itaú no 4º trimestre deve crescer

O Itaú divulga nesta quarta-feira (5), após o fechamento do mercado de ações, os resultados do quarto trimestre de 2024. E na quinta-feira (5), a diretoria do banco apresentará, às 8h, os resultados em reunião interativa com analistas e a imprensa. Os analistas estimam um crescimento de 9,5% da carteira de crédito do banco no quarto trimestre de 2024 em relação ao quarto trimestre de 2023. A XP, por exemplo, calcula que o lucro do Itaú deve ficar em R\$ 10,9 bilhões no quarto trimestre de 2024, alta de 16% na comparação com o lucro de R\$ 9,4 bilhões no quarto trimestre de 2023.

Resumindo a linha do

tempo, em novembro de 2024, o Itaú reportou lucro recorrente de R\$ 10,7 bilhões no terceiro trimestre, alta de 18,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, e retorno recorrente sobre o patrimônio líquido médio anualizado (ROE) de 22,7%.

O resultado foi 18,1% maior do que o do terceiro trimestre de 2023, com crescimento na margem financeira com clientes e expansão das receitas com serviços e seguros.

Na ocasião, o maior banco privado do país afirmou que entre os fatores que mais influenciaram os resultados estão o aumento da margem financeira com clientes, impulsionado pelo crescimento da carteira de crédito, aumen-

to das receitas de serviços e seguros e da margem financeira com o mercado, além da redução no custo de crédito. O custo do crédito totalizou R\$ 8,2 bilhões no terceiro trimestre, queda de 11,0% quando comparado ao mesmo trimestre de 2023.

A redução no custo do crédito ocorreu, principalmente, nos Negócios de Varejo no Brasil, em função das reduções em despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e em descontos concedidos, além do aumento em recuperação de créditos baixados como prejuízo. Além disso, nos Negócios de Atacado no Brasil, o banco registrou um impacto positivo de R\$ 500 milhões na linha

de despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, por conta de um cliente específico do segmento de grandes empresas.

A carteira de crédito total cresceu 9,9% ante o terceiro trimestre de 2023, atingindo R\$ 1.278,0 bilhões em setembro de 2024. A carteira de pessoas físicas aumentou 5,1% em 12 meses. Merecem destaques os crescimentos de 9,5% em veículos; 8,5% em crédito pessoal e 5,4% em crédito imobiliário. Na carteira de pessoas jurídicas, ocorreram movimentos importantes em (i) BNDES e repasses; (ii) financiamento à exportação e importação; e (iii) crédito rural.

**LIGA ECOSISTEMA EDUCACIONAL S/A**  
**CNPJ: 33.400.868/0001-38 / NIRE: 33.2.0987533-7**  
**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA/EXTRAORDINÁRIA**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
 Ficam convocados os senhores acionistas da LIGA ECOSISTEMA EDUCACIONAL S/A a comparecer em Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária a ser realizada no dia 13 de fevereiro de 2025 às 11h (onze horas), em primeira convocação, no endereço de sua sede social, Rua Resedá, 26 – apto. 101 - Lagoa – Rio de Janeiro/RJ, com no mínimo 2/3 do número de acionistas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Eleição de Diretoria. Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2025.  
**LIGA ECOSISTEMA EDUCACIONAL LTDA**  
**Presidente – Rodolfo Faria Bertolini**

**LIGA ECOSISTEMA EDUCACIONAL S/A**  
**CNPJ: 33.400.868/0001-38 / NIRE: 33.2.0987533-7**  
**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA/EXTRAORDINÁRIA**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
 Ficam convocados os senhores acionistas da LIGA ECOSISTEMA EDUCACIONAL S/A a comparecer em Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária a ser realizada no dia 13 de fevereiro de 2025 às 13h (treze horas), em segunda convocação, no endereço de sua sede social, Rua Resedá, 26 – apto. 101 - Lagoa – Rio de Janeiro/RJ, com os acionistas presentes, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Eleição de Diretoria. Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2025.  
**LIGA ECOSISTEMA EDUCACIONAL LTDA**  
**Presidente – Rodolfo Faria Bertolini**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PRIMEIRA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025 E PRIMEIRA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 DA COOPROPENHA COOPERATIVA DE CONSUMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
 A Diretora Presidente da COOPROPENHA COOPERATIVA DE CONSUMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ 40.355.218/0001-83, I.E 11946941, NIRE 3340005789-9, com sede na Avenida Alfredo Balthazar da Silveira 580, loja 115/116A, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro/ RJ, CEP 22790-710, convida a presença de todo o quadro societário para comparecer em sua sede no dia 16/02/2025 com primeira chamada as 18:00h, segunda chamada as 19:00h e terceira e última chamada as 20:00h, para participar da PRIMEIRA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025 para deliberar os assuntos constantes deste Edital, quais sejam: (1) A prestação de contas dos órgãos diretivos da cooperativa no exercício 2024; (2) O balanço e da destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes no exercício 2024 e (3) Efetuar a eleição com rodízio obrigatório anual de 2/3 dos componentes do Conselho Fiscal para o exercício 2025/2026. Logo após, para participar da PRIMEIRA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 deliberando os seguintes assuntos: (1) Alteração estatutária, (2) Entrada e saída de associados e (3) Candidatura, eleição e posse de cargos vacantes. Rio de Janeiro/RJ 05 de fevereiro de 2025. Fernando Saraiva da Rocha - CPF 072.924.687-64 – Diretor Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PRIMEIRA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025 E PRIMEIRA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 DA COPCONTERERJ COOPERATIVA DE CONSUMO DE TERESÓPOLIS/RJ**  
 O Diretor Presidente da COPCONTERERJ COOPERATIVA DE CONSUMO DE TERESÓPOLIS/RJ, CNPJ nº 21.203.405/0001-05, Inscrição estadual nº 11.461.000, NIRE nº 334.0005351-6, com sede na Estrada Francisco da Cruz Nunes 5.982, sala 204, Piratininga, Niterói/RJ, CEP 24350-310, convida a presença de todo o quadro societário para comparecer em sua sede no dia 24/02/2025 com primeira chamada as 18:00h, segunda chamada as 19:00h e terceira e última chamada as 20:00h, para participar da PRIMEIRA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025 para deliberar os assuntos constantes deste Edital, quais sejam: (1) A prestação de contas dos órgãos diretivos da cooperativa no exercício 2024; (2) O balanço e da destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes no exercício 2024 e (3) Efetuar a eleição com rodízio obrigatório anual de 2/3 dos componentes do Conselho Fiscal para o exercício 2025/2026. Logo após, para participar da PRIMEIRA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025 deliberando os seguintes assuntos: (1) Alteração estatutária, (2) Entrada e saída de associados e (3) Candidatura, eleição e posse de cargos vacantes. Niterói/RJ, 05 de fevereiro de 2025. Almir Mansano - CPF 088.226.568-73 – Diretor Presidente.

Banco do Brasil apresenta

Música no Museu

Concertos de Verão

Janeiro  
Fevereiro  
Março  
2025

Realização: CARPEX, Apoio Cultural: Sesc, Monitor Mercantil, CCB, GOVERNO FEDERAL